

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

MODELO DE ORGANIZAÇÃO AGRÍCOLA E AS POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Pedro Paulo Farias Cardoso¹; Cloves dos Santos Araújo²;

1. Bolsista PROBIC/UEFS, graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: peu_ibce@hotmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: cloves8@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVES: Assentamentos, desenvolvimento regional, integração local

INTRODUÇÃO

O tema abordado no presente trabalho busca avaliar a conjuntura da produção agrícola nos assentamentos da região do Baixo Médio do Rio São Francisco, as suas carências e possíveis avanços no espaço produtivo. Tem como objetivo estudar a adaptação dos produtores agrícolas dos trabalhadores na região do Baixo Médio São Francisco e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável à produção agrícola, bem como verificar se as políticas públicas têm possibilitado a integração dos assentados no processo de desenvolvimento produtivo identificar e analisar o modelo de organização da produção agrícola familiar nos assentamentos.

Esta pesquisa justifica-se na medida em que busca contribuir para o debate de conceitos relacionados com a economia dos Trabalhadores sem-terra e, a partir de uma situação concreta detectar soluções de desenvolvimento sustentável relacionando com a importância de se enfatizar e aproveitar as particularidades locais, contribuindo dessa forma com a análise econômica mais detalhada da situação desses trabalhadores, através do entendimento dos problemas e potencialidades e do resgate, por meio do recorte de arranjos produtivos locais.

METODOLOGIA

A escolha dos modelos de organização agrícola e social nos assentamentos no município de Juazeiro como objeto de estudo deveu-se aos seguintes fatores. Primeiro, pela importância social e econômica que um modelo de organização eficiente exerce sobre os assentados e posteriormente a economia local. Segundo, pelo potencial que esta experiência representa para o desenvolvimento local, especialmente por se tratar de uma região semi-árida com escassas alternativas de desenvolvimento e intensa carência de recursos.

O processo de investigação consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental complementadas com entrevista semi-aberta com trabalhadores rurais e com observação direta em visitas aos assentamentos. A pesquisa documental foi realizada através dos dados coletados em sites de órgãos públicos como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia).

Nesses sites foram coletados dados correspondentes à população, à produção agrícola e assim como dados das principais atividades econômicas do município de Juazeiro - BA. Com isso, trabalhou-se com a noção de construção de novos modos de vida a partir da implementação dos assentamentos. Por fim, foi realizada a pesquisa de campo utilizando duas técnicas: observação participante e aplicação de questionários. Foi elaborado um questionário com intuito de identificar como está organizada a produção agrícola, as técnicas empregadas na produção

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

bem como detectar se esses trabalhadores são beneficiados com alguma política governamental, seja em qualquer uma das suas esferas.

RESULTADOS

Na pesquisa de campo pôde ser verificado que os assentados se organizam em núcleos de produção que estimulados funcionam como um instrumento de viabilidade de “modernização” agrícola e desenvolvimento de ações coletivas na área produtiva. Entretanto, os núcleos se constituíram mais como base de organização do MST nos assentamentos do que uma forma de modernização agrícola. Os núcleos de produção são agrupamentos de famílias que forma a base da estrutura produtiva dos assentamentos, eles caracterizam mais pelas atividades políticas do que pela eficiência na produção. Grande parte dos núcleos encontra-se em dificuldades de organização em virtude da inexistência de políticas públicas eficientes que atendam aos interesses dos assentados.

Outra forma de organização nos assentamentos são os grupos de assentados, formados na maioria na época do acampamento. Em alguns assentamentos, estes grupos se desdobram em associações de assentados, possibilitando uma versão formal/legal para a organização dos assentados. O assentamento Bela Vista, no município de Juazeiro, é exemplos na formação de grupos de assentados. Praticamente toda a organização do referido assentamento é feita a partir destes grupos. Por meio da organização destes grupos o MST tem viabilizado a mobilização dos assentados nas variadas lutas. Assim como os núcleos, estes grupos também se constituem como base do MST nos assentamentos.

Assim os *núcleos de produção* e *grupos de assentados* se constituem como estratégia de resistência à imposição de uma organização social e de produção que ameaça a existência dos camponeses assentados; os grupos e núcleos atuam como viabilizadores das ações coletivas nos assentamentos. A formação dos grupos e núcleos permite a aproximação entre os assentados e o estabelecimento de relações necessárias para a realização de manifestações coletivas e a existência dos núcleos e grupos de assentados não está condicionada à formação de agrovilas ou núcleos de moradias. Assim os trabalhadores sem-terra vão construindo relações que garantam sua existência sem negar os valores do campesinato. Essa coletivização é importante na medida em que possibilita a ampliação de formas cada vez mais organizadas da produção agrícola. Daí a importância do reconhecimento e valorização da força transformadora que está presente nas relações camponesas evidenciando desta forma a necessidade de reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícita em ações que trazem um conteúdo questionador. A luta pela manutenção na terra é um deste potencial.

Foi notado durante a visita aos assentamentos também uma importante ação desenvolvida pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA - juntamente com a Agrorgan (Consultoria e Assessoria em Agropecuária Orgânica) que promove uma série de cursos sobre planejamento da produção agropecuária em assentamentos rurais existentes nos municípios baianos de Andorinhas, Casa Nova, Pindobaçu, Remanso e Juazeiro. Essas capacitações fazem parte de um Projeto de Recuperação e Conservação dos Recursos Naturais e Exploração Econômica Sustentável em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária, promovido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Verificou-se a necessidade de um reordenamento fundiário, um projeto de reforma agrária e assentamentos precisam estar atentos ao fato que os padrões no Semi-árido são diferentes em releção a outras regiões do Brasil: as atividades agropecuárias e os modelos agrícola precisam seguir às condições do clima semi-árido, precisa ser dimensionado conforme a produtividade do conjunto solo/subsolo/clima local. A ausência de políticas públicas pautadas nas reais necessidades desses trabalhadores, por sua vez, traz como conseqüências a

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

descapitalização da maioria das unidades de produção, a inviabilidade da produção e a fragilidade da perspectiva de desenvolvimento de novas formas de convivência com o semi-árido, entre outras.

Os resultados da pesquisa mostraram uma certa uniformidade entre os produtores quanto à busca por melhor eficiência e rendimento da produção através de práticas agrícolas que estão ao seu alcance, técnicas mais simples; essa busca encontra contradição na inexistência de prestação de assistência técnica aos "empreendedimentos" agrícolas por parte do governo municipal. Outro agravante verificado foi não acesso à terra, uma vez que em sua maioria os trabalhadores não possuem terra própria, incentivando os moradores da região a deixarem suas comunidades, abandonando inicialmente suas atividades tradicionais de agricultura entre membros para aspirar à condição de assalariados rurais, que, na maioria das vezes, são contratados para atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação, sendo desta forma mal remunerados. Este fato está diretamente relacionado com o modelo de desenvolvimento tradicional da economia agrícola regional, cujo maior determinante foi a forma de apropriação seletiva dos meios de produção ao longo de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formas de integração política e econômica do assentado valoriza a compreensão das condições de existência deste produtor, considerando as relações que estão subordinadas à produção social e demonstrando os resultados plausíveis e mais objetivos do processo de assentado. Eles podem ser expressos pela produção agrícola levada aos diversos circuitos de mercado. A integração dos assentados ocorre diferenciadamente, razão pela qual deve-se levar em conta as maneiras diversificadas pelas quais eles objetivam a produção social e se inserem nos circuitos de trocas econômicas e políticas que as demandam como uma necessidade social, notadamente em uma conjuntura onde a ênfase do discurso político é a do uso da terra para a produção de alimentos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- CENSO AGROPECUÁRIO: Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1985 e 1995.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). Programa de desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS: Baixo Médio São Francisco/ Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Salvador, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo, SP: Cortez, 2001. 120 p. (Coleção questão da nossa época, 92)
- HEIDRICH, A.L. Além do latifúndio: Geografia do interesse econômico. Texto integral, pg. 26. Ed. UFRGS; 2000; Impresso;
- MARQUES, Walter Ernesto Ude. Redes Sociais: possibilidade metodológica para uma prática inclusiva. in CARVALHO, A. et all. (org.) Políticas Públicas. Editora UFMG, 2002.
- MARTINS, J. S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MEDEIROS, Leonilde (Org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.
- PARRA, Constanza; DOONER, Cecília (2001). Novas experiências de concertação público-privada: as corporações para o desenvolvimento local. Santiago de Chile: CEPAL/ECLAC, 2001.